

## POLÍTICAS MONETÁRIAS: O PLANO REAL E SEUS IMPACTOS

MONETARY POLICIES: THE REAL PLAN AND ITS IMPACTS

POLÍTICAS MONETARIAS: EL PLAN REAL Y SUS IMPACTOS

Ellen Karoline Silva Barbosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo buscou evidenciar o processo de implementação do Plano Real, com enfoque nos seus impactos a economia. Baseando – se na recessão para as famílias, empregos, investimentos e inflação. Verificar a flexibilidade em trocas de planos. Ter uma ideia das potencialidades do Plano Real e aspectos fundamentais para que a economia se tornasse algo mais favorável no país. O estudo consta uma revisão da literatura, A pesquisa, foi consultada em artigos sobre o plano real, governo e crise atual. O plano Real após sua implantação em 1994 é até hoje a moedanacional brasileira, foi o seu regime que trouxe estabilidade a economia que suportou várias crises mundiais dos últimos anos. O período que vem desde 1980 é marcada por uma forte trajetória de mediadas do governo para controlar a economia brasileira que não se encontra consolidada, várias mudanças na moeda para contornar as crises fiscais e monetárias causadaspor crises nacionais e os efeitos que as crises internacionais causam ao Brasil.

**Palavras-chave:** Plano Real. Impactos. Economia.

**ABSTRACT:** The government suffered from inflation, poor public administration, deficits in the primary sector, price freezes, macroeconomic problems affecting all, government, population, productive sector, industrial sector. Its objective is to highlight the process of implementation of the Real Plan, focusing on its impacts on the economy. Relying on the recession for families, jobs, investments and inflation. Check the flexibility in exchanging plans. Have an idea of the potentialities of the Real Plan and fundamental aspects so that the economy becomes somethingmore favorable in the country. This study is a review of the literature, the research, was consulted in articles on the real plan, government and current crisis. The Real plan after its implantation in 1994 is until today the Brazilian national currency, was its regime that brought stability to the economy that endured several world crises of the last years. The period since 1980 is marked by a strong trajectory ofgovernment media to control the Brazilian economy that is not consolidated, several changes in the currency to overcome the fiscal and monetary crises caused by national crises and the effects that international crises cause to Brazil.

**Keywords:** Real Plan. Impacts. Economy.

---

<sup>1</sup>Pós-graduanda em Mediação de Conflitos, Docência no Ensino Superior, MBA em Consultoria e Planejamento Empresarial. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Bacharel em Administração,

**RESUMEN:** El gobierno padeció inflación, mala administración pública, déficit en el sector primario, congelamiento de precios, problemas macroeconómicos que afectaron a todos, gobierno, población, sector productivo, sector industrial. Su objetivo es destacar el proceso de implementación del Plan Real, centrándose en sus impactos en la economía. Dependiendo de la recesión para las familias, los trabajos, las inversiones y la inflación. Consulta la flexibilidad en el intercambio de planes. Tener una idea de las potencialidades del Plan Real y aspectos fundamentales para que la economía se convierta en algo más favorable en el país. Este estudio es una revisión de la literatura, la investigación, se consultó en artículos sobre el plan real, el gobierno y la crisis actual. El plan Real después de su implantación en 1994 es hasta hoy la moneda nacional brasileña, fue su régimen que trajo estabilidad a la economía que soportó varias crisis mundiales de los últimos años. El período desde 1980 está marcado por una fuerte trayectoria de los medios gubernamentales para controlar la economía brasileña que no está consolidada, varios cambios en la moneda para superar las crisis fiscal y monetaria provocadas por las crisis nacionales y los efectos que las crisis internacionales provocan en Brasil.

**Palabras clave:** Plan Real. Impactos. Economía.

## INTRODUÇÃO

Como colônia, o Brasil viveu ciclos do pau – Brasil, do açúcar e do ouro. No império começou o ciclo do café, também voltado a exportação e produzido por escravos. Um ano depois da abolição da escravatura (1888), chegou à República (1989) e o ciclo do café acabou em 1929. Com a crise de 1929, o Brasil se recuperou e viveu décadas de crescimento até as duas crises do petróleo, que geraram a crise da dívida externa e a alta inflação. Entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 40%, o que ocasionou reflexos nos Estados Unidos e na Europa, comprometendo a economia mundial. Tal crise foi fundamental para a população se rebelar contra o regime militar no país, fazendo aumentar as críticas e transparecer os abusos que o governo encobria ao longo dos anos com a máscara do crescimento nacional.

Vieram os planos Cruzados (1986), Bresser (1987), Verão (1989) e Collor (1990), mas a inflação continuava a crescer passando de 2800% ao ano. Era preciso um plano inovador. Havia outro desafio, o de normalizar as relações do país com a comunidade financeira internacional. Diante das situações, surge então o plano Real (1994) favorecendo um grande reajuste do salário mínimo, de R\$ 70,00 para R\$ 100,00. Tal fato provocou a diminuição da pobreza e desigualdade, pois o principal efeito da estabilização trouxe capacidade para as pessoas se planejarem. A desigualdade diminuiu, mas muitos bancos quebraram, já que muitos tinham suas receitas oriundas da inflação. Se enfrentou no alvorecer da nova moeda a mais violenta, dramática e ampla crise bancária que o Brasil jamais teve. Dos 10 maiores bancos, 6 estavam quebrados (Bamerindus,

Econômico, Nacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banespa). Teve – se que adotar outras medidas para preservar o sistema financeiro, pois tal situação poderia acarretar em uma crise econômica grave, ocasionando o desemprego e a recessão.

Teve – se a operação Power, engenharia financeira brilhante, o Banco Central decretou a intervenção nessas organizações e os acionistas perderam tudo e tiveram seu patrimônio indisponibilizado. Assim foi construído um sistema financeiro sólido, que se mostrou suficientemente resistente e resiliente as crises que ocorreram depois.

O Real foi um sucesso e no ano de 1998, houve a menor taxa de inflação da história (1,6% ao ano). Houve a privatização dos bancos estaduais, foi mostrada a necessidade de um equilíbrio fiscal, o que levou os estados brasileiros passassem a ter superávits a partir de 1998. A habilidade de manter orçamentos equilibrados e controlar a emissão monetária foram duas grandes transformações dos anos 90 que permitiram o crescimento econômico subsequentes. Tornou – se viável ter uma política fiscal, uma política monetária que realmente funcionava.

Para sanar as contas públicas as privatizações continuaram, “a maior mineradora do Brasil e uma das maiores do mundo ter sido privatizada foi um enorme erro. Tudo isso deveria ser público e não objeto de especulação privada”. Também houve grandes mudanças no setor de telecomunicações, as empresas de telefonia melhoraram com a privatização, já que o estado não tem dinheiro e nem eficiência para prestar serviços públicos de qualidade. Por outro lado, a empresa privada ao prestar serviços de natureza pública corre – se o risco de concentrar nos cidadãos que tem condições de pagar mais caro. Então, foram criadas as agências regulatórias, que são a forma moderna pela qual o estado controla, não investindo diretamente ou em tudo.

Fernando Henrique foi reeleito em 1998, foi aí então que chegaram os primeiros grandes testes do Real. Já em 1997 começa a crise dos países asiáticos, em 1998 houve a crise da Rússia e em 1999 a crise brasileira. O Brasil teve que ir ao fundo monetário, houve uma crise na balança de pagamentos, a taxa de câmbio já tinha sido forçada a flutuar (basicamente é quando o governo não controla o valor da moeda frente as outras moedas, sem meta para a taxa de câmbio). O câmbio flutuante era uma das três inovações do que ficou conhecido como “tripé macroeconômico”, ideia de que precisa ter superávit fiscal, o câmbio tem que flutuar e a inflação tem que ficar na meta. As metas para a inflação pressupõem a autonomia do Banco Central, trabalhando de forma racional, não atendendo clamores políticos, populares ou de curto prazo.

Na virada do século a desigualdade passou a diminuir mais rapidamente, com a ação de projetos sociais como a bolsa escola, bolsa alimentação. Tais pessoas passam a entrar no sistema

de trabalho e isso faz com que a economia se fortaleça, proporcionando a atuação de mais empresas no Brasil, mais investimento e mais capital de investimento direto.

Com a aproximação das eleições de 2002, o Brasil teve que enfrentar uma nova crise. A estabilidade econômica que o Brasil demorou décadas para conquistar estava prestes a ruir.

## MÉTODOS

Tendo em vista o tipo de investigação, buscou-se uma pesquisa exploratória – utilizada para enfatizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa para a familiarização como fenômeno que está sendo investigado, de modo que os meios técnicos utilizados no embasamento bibliográfico podem ser concebidos com uma maior compreensão e precisão por meio de livros, artigos científicos, tabelas estatísticas, jornais e revistas que abordam o Plano Real e seus impactos. Com o intuito de delimitar a realidade estudada observou – se detalhadamente os critérios de inclusão, a população alvo, tempo de busca e o que se busca, para que fosse possível recorrer a um sólido referencial teórico.

## RESULTADOS e DISCUSSÕES

O referido capítulo trata da exposição dos resultados obtidos na pesquisa, bem como sua análise com vista à obtenção dos objetivos pretendidos com este trabalho.

### I. SOBRE O PLANO REAL

O governo gastava abundantemente, tinha contraído uma dívida na época do regime militar, também na construção de Brasília e porque não tinham o controle. Consequentemente vieram problemas na gestão pública, um alto endividamento externo e uma alta crescente inflação jamais vista, chegando a 6800% no acumulado de um ano. Foram adotadas várias medidas para contornar tal situação, no qual foram ineficientes, como a troca da moeda, objetivando solucionar os problemas na economia, que acarretava em situações desfavoráveis ao governo e a população, altos preços, salários miseráveis e uma cadeia de problemas sociais.

#### **Foram implementadas reformas na troca da moeda como**

Segundo Morais (2014) 1986, Plano Cruzado: durante o governo de José Sarney, o Plano Cruzado chegou para reduzir a inflação por meio de uma reforma monetária. Foi implantado o Cruzado (Cz\$) no lugar do Cruzeiro (Cr\$). Houve também um congelamento de preços, e o

governo convocou as pessoas a denunciarem os lugares que não seguissem os preços tabelados, episódio que ficou conhecido como “Fiscais do Sarney”. Mas o tiro saiu pela culatra, ocasionando uma crise de abastecimento nos mercados e, conseqüentemente, o fracasso do Plano Cruzado.

1987, Plano Bresser: na época, era Luiz Carlos Bresser Pereira quem ocupava o cargo de ministro da Fazenda. Ele foi o responsável pelo plano que visava controlar a inflação e o déficit público com medidas como o congelamento de preços e o adiamento de grandes obras. Mais uma tentativa sem sucesso.

1989, Plano Verão: encabeçado pelo então ministro da fazenda Maílson da Nóbrega, o Plano verão também estabeleceu o congelamento dos preços e anunciou uma nova moeda, o Cruzado Novo. Sem sucesso, foi o terceiro a fracassar na tentativa de controlar a inflação.

1990, Plano Collor: sob a presidência de Fernando Collor de Mello, a moeda brasileira passava a ser Cruzeiro e trazia novamente o congelamento de preços e salários. A ministra da Fazenda da época, Zélia Cardoso de Mello, optou por confiscar a poupança dos cidadãos, o que significava que todos os depósitos em contas correntes ficaram limitados a 50 mil cruzados. Todo o resto das economias pessoais foi bloqueado por 18 meses. Tais medidas adotadas foram ineficientes gerando mais alta na inflação, chegando em 1993 uma inflação de 2700% segundo números do IGP-DI (índice de preços da FGV).

Logo a economia inteira passou a adotar a URV, até os salários eram pagos em URV, assim depois de sua popularização foi fácil trocar a URV por uma moeda nova, que era o Real. Mas apenas trocar a moeda não seria o suficiente para convencer os investidores internacionais, era necessário dá valor a moeda, confiabilidade. Dessa maneira o governo anos antes, começou a fazer uma reserva de dólares para garantir que a economia tinha dólar suficiente para garantir o valor do próprio Real. É importante desmentir o mito que o governo daquela época estabilizou uma cota fixa para real e dólar, na verdade tinha – se bastante reserva e controlava a cotação, comprando e vendendo dólares. Mas o câmbio desde o início foi flutuante, então o investidor nacional tinha confiança que se investisse no Brasil poderia trocar os seus reais por dólares de novo com uma certa facilidade, caso acontecesse o inesperado com a nova moeda.

Resumindo: o mérito do Plano Real foi consertar toda a situação de desorganização da década anterior e só deu certo porque foi seguido arrisca o planejamento. Claro que o Real, como todas as moedas estatais têm seus problemas, mas foi uma grande evolução para que o país tivesse um certo desenvolvimento nos últimos vinte anos.

Em seu governo (1995 – 2003), Fernando Henrique Cardoso privatizou estatais, trabalhou para conter a inflação, criou programas sociais (Bolsa Escola e Rede de Proteção Social), trouxe mudanças na administração pública e na previdência social, criou uma indenização para parentes de desaparecidos políticos no regime militar, etc. Consolidou a estabilidade da economia brasileira, obtida com o Plano real, mas não conseguiu mudar a estrutura econômica do país. O processo de privatização representou a venda do patrimônio público para empresas estrangeiras sem qualquer contrapartida de diminuição da dívida interna ou do déficit público, ou seja, o governo livrou - se das estatais deficitárias, mas não conseguiu ajustar o setor público. Apesar da economia estabilizada, o Brasil sofria com as crises externas que impactava em seu processo. Com isso o governo adotava medidas fiscais para se manter com taxas de juros mais elevadas e o câmbio supervalorizado. Quem sofria com essas variações era a população, apesar de o Brasil está em desenvolvimento a população das classes trabalhadoras se encontrava miserável e a desigualdade social era altíssima. As altas taxas de juros, os tributos arrecadados para sustentar as despesas públicas apesar de exorbitantes, era assim ainda baixos para suprir as necessidades do governo e as classes trabalhadoras sofria, enquanto as empresas e as classes altas se encontravam estabilizadas e confortáveis. O governo FHC foi de grande desenvolvimento econômico, mas de grande desigualdade também.

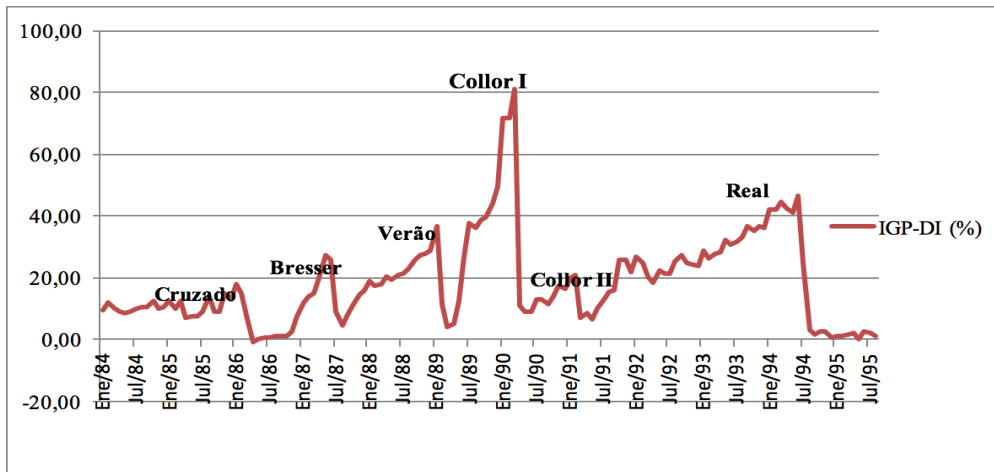
## 2. SOBRE A BUSCA POR ESTABILIZAÇÃO

No início da década de 90, o grande problema foi a inflação e em 94 a estabilização foi alcançada por meio da redução significativa das taxas de inflação, mas embora o plano Real tenha resolvido o problema da inflação. Alguns problemas persistem, como o crescimento comprometido, aumento da taxa de desemprego, a vulnerabilidade externa da economia brasileira, ou seja, o Brasil sendo afetado facilmente por crises internacionais e uma dívida pública tanto interna quanto externa. Além disso o governo faz com que o câmbio fique supervalorizado, para que as importações entre no país de forma barata e segure os preços, chamada de “âncora cambial”, principal aspecto da estabilização pós real.

Ao contrário do Plano Cruzado, no Plano Real houve sempre uma preocupação com o controle da demanda, por meio de taxa de juros elevados, controle de entrada de recursos. O plano Real tem como impacto a queda rápida da inflação de forma consolidada. Há um crescimento da demanda por meio do consumo e investimento, do poder aquisitivo com o fim da inflação, recomposição dos mecanismos de crédito, ou seja, com a possibilidade da estabilidade

monetária o crédito foi facilitado, aumento do horizonte de previsão das empresas e dos próprios consumidores, ilusão monetária, antes as pessoas colocavam dinheiro na poupança e tinham resgatado grande valor, mas não era só o rendimento que era resgatado, mas também a correção monetária e com o Plano Real as pessoas achavam que não estavam ganhando tanto dinheiro.

**Gráfico 1** - Inflação mensal durante a saga de combate à inflação na economia brasileira de 1985 a 1995.



**Fonte:** IPEADATA (2016).

Ao final do governo Fernando Henrique a inflação estava saindo de controle, o governo Lula colocou essa inflação numa trajetória de estabilidade.

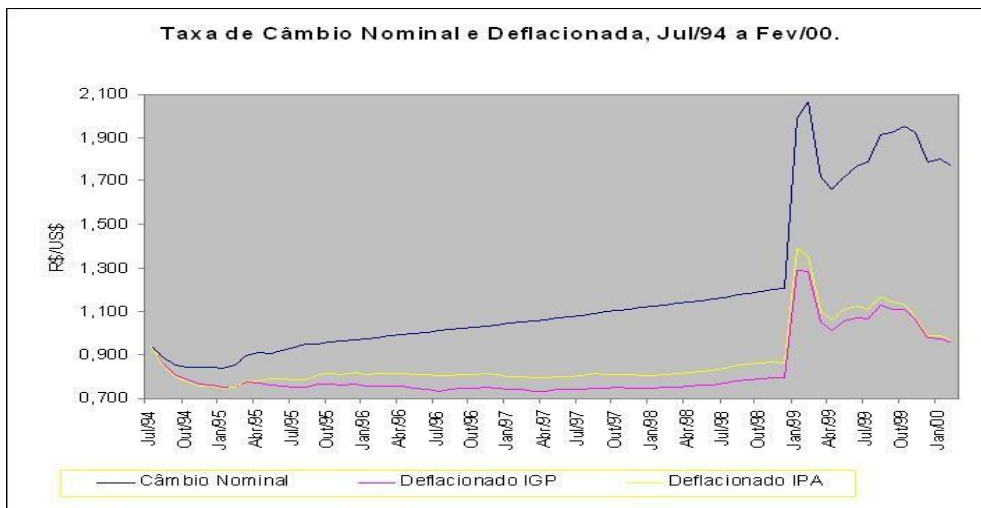
**Tabela 1:** Variação de preços acumulada – Agosto de 1994 à Janeiro de 1997 Itens selecionados

Item	%	Item	%
Índ. de preços por atacado	22,88	Equipamentos Eletrônicos	11,25
Índ. de preços ao consumidor - Brasil	55,04	Serviços de Residência	66,58
Gêneros alimentícios	20,93	Roupas	29,01
Alimentação fora do domicílio	48,14	Serviços de Vestuário	92,94
Aluguel	198,12	Medicamentos	39,36
Roupas de cama, mesa e banho	18,12	Médico, dentista e outros	92,46
Material escolar	36,41	Peças e acessórios - Veículos	14,01
Educação - Cursos Formais	132,13	Serviços de oficina	28,94

**Fonte:** Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr

Nessa tabela são vistos os bens comercializáveis, a inflação com trajetória menor e os bens não comercializáveis com uma inflação maior. Pois os bens comercializáveis (gêneros alimentícios, roupas, material escolar) são bens que podem importar, então eles entravam baratos e os preços acabavam sendo segurados.

Gráfico 2



Fonte: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr

O governo sobrevaloriza o câmbio, fazendo com que o Real valha mais que o dólar e isso faz com que se tenha uma âncora cambial, as importações seguraram o aumento de preço. Tal situação, tornou-se insustentável porque o governo Fernando Henrique praticamente quebrou, isso não aconteceu de fato porque em 13 de janeiro de 1999, o governo desvaloriza o câmbio e ele sobe consideravelmente.

Gráfico 3



Fonte: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr



O Plano Real tinha um problema que era a questão externa, ou seja, o Plano Real por usar uma taxa de câmbio fixa e valorizada, acabava trazendo déficits na balança cambial (o Brasil importava mais do que exportava). A combinação apreciação cambial com a abertura da economia e demanda aquecida levava o aparecimento de déficits comerciais. O financiamento se dava com a queima de reservas e entrada de recursos por meio do endividamento externo. Então, o governo Fernando Henrique, além de ter privatizado mais de 70% do patrimônio público brasileiro, ele também acaba atraindo muito capital estrangeiro e especulativo para poder financiar o déficit da balança comercial. O Brasil tinha dois problemas: uma pauta de importação com excesso de bens de consumo e dificuldades com capacidade futura de pagamento da dívida e a entrada de capital de curto prazo, chamada de capital especulativo (capital que não vem produzido, vem para ganhar dinheiro sob dinheiro).

A partir do momento que o câmbio começa a ficar supervalorizado, o Brasil começa a ter déficits na balança comercial que só é revertido com a desvalorização em 1999. Dessa forma, o Brasil começa a ter superávit na balança comercial nos anos seguintes. O problema de se ter financiamento externo, financiando o déficit na balança comercial é ter que ser atraído por taxas de juros altas. É a entrada de recursos externos que vão financiar esse déficit, só que esse recurso externo é atraído com taxa de juros alta e essa taxa de juros a cada crise, o governo para conseguir segurar o dólar e as reservas, tem que aumentar a taxa de juros e com isso acarreta no aumento da dívida pública, inibe o crescimento econômico e aumenta o desemprego.

Então a cada crise, a situação arriscada e insustentável no longo prazo, depois das eleições, primeira tentativa de controlar a demanda agregada, estanca – se a apreciação cambial e o controle da entrada de capitais.

Chega a Crise do México e acaba o fim da primeira fase do Plano Real, ou seja, há uma desvalorização tímida, gradativa, um controle de demanda agregada e a elevação da taxa de juros para segurar esse capital. Com essa nova fase, a política monetária visa aumento na taxa de juros, evitar déficits comerciais expressivos, administração da taxa de juros, conter atividades e promover ingresso de capital. São efeitos: retração do PIB, inadimplência, crise financeira.

Após a Crise do México, os juros altos e a entrada de recursos, mas não com valorização cambial, ampliação de reservas, ou seja, o governo aumenta a taxa de juros e entra dinheiro de novo para evitar um impacto monetário e um movimento de esterilização – o governo recebe os dólares, troca por reais, essa troca expande a quantidade de reais e o governo emite e vende títulos públicos para resgatar esses reais. A partir de então define-se uma trajetória de “stop and go”, ou

seja, a economia anda e para, cresce e para, em que os condicionantes externos dão ritmo da economia brasileira. O Brasil só fica mais livre dessas crises a partir do segundo mandato de Fernando Henrique, mais precisamente no mandato de Lula, com o acúmulo de reservas que vão ser feitas a partir de quando Mantega entra no Ministério da Fazenda e tem toda uma política de acúmulo de reservas, que protege o país da crise de 2008, 2009.

### 3.SOBRE OS IMPACTOS DO PLANO REAL

- Deterioração da situação fiscal a partir de 1995;
- Redução do superávit primário (arrecadar mais do que gasta);
- Forte elevação das despesas primárias;
- Combinação apreciação cambial; A
- Abertura e demanda aquecida - aparecimento de déficits comerciais;
- Financiamento com queima de reservas e/ou entrada de recursos (endividamento externo).

#### Fatores:

- Redução do superávit primário;
- Passivos contingentes (crises dos bancos);
- Elevado gastos com juros (que afeta o PIB e aumenta o desemprego);
- Aumento da carga tributária.

A segunda fase do Plano Real corresponde ao abandono da “âncora cambial” e começa a adotar um recurso chamado “regimes de metas de inflação”, que aumenta o nível da taxa de juros (que perdura até hoje) para combater a inflação.

As consequências da mudança cambial são a desvalorização do câmbio que faz com queum impacto inflacionário (Ásia), volta da inflação (México) e o Brasil adota um sistemachamado de “Sistemas de metas inflacionárias” (usar a taxa de juros para combater a inflação).A desvalorização permite uma queda na taxa de juros mas inferior ao imaginado e os juros são mantidos altos em função das dificuldades externas e da inflação. A recuperação lenta do comércio externo, o país tem superávit na balança comercial e dificuldades de recompor mecanismos aos exportadores. Problemas nas finanças públicas, ou seja, uma explosão da dívida pública no final do governo de Fernando Henrique Cardoso e a necessidade de gerar superávits primários, assim tentar fazer com que a trajetória da dívida pública seja decrescente.

Uma das melhores medidas adotadas no governo Fernando Henrique Cardoso é a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que permite a restrição dos gastos públicos pelos

estados que não sejam maiores que as arrecadações.

O segundo mandato de FHC é marcado pelo chamado “tripé macroeconômico”, que corresponde a taxa de câmbio flutuante (protege o balanceamento), metas de inflação (taxa de juros para combater a inflação e o governo começar a arrecadar mais do que gasta para diminuir a dívida pública, que é o superávit primário). Isso perdura até o governo Lula e só no governo Dilma ela começa a desmontar esse tripé, só que não tem o resultado esperado e só no segundo mandato da Dilma se volta essa ideia do tripé macroeconômico no país.

A política monetária é voltada para alcançar uma determinada meta de inflação. A taxa de juros passa a ser um instrumento voltado para o controle inflacionário. Com a inflação acima da meta eleva – se a taxa de juros e com a inflação abaixo da meta reduz – se a taxa de juros. Uma maior autonomia operacional do Banco Central Após a desvalorização verifica – se uma elevação na inflação, que logo se retrai. Maiores elevações nos bens transacionáveis e também nos chamados “preços administrados” (preços livres que acabam segurando a inflação). No segundo FHC cumpriu – se as metas nos dois primeiros anos e descumpriu – se nos dois últimos anos (em função de choques cambiais).

**Tabela 2:** Índice de preços – Variações percentuais

Período	IGP - DI	IPA - DI	IPC - BRASIL	INPC	INPA	IPC - FIPE
1999	19,96	28,90	9,12	8,43	8,94	8,64
2000	9,81	12,06	6,21	5,27	5,97	4,38
2001	10,40	11,87	7,94	9,44	7,67	7,13
2002	26,41	35,41	12,18	14,74	12,53	9,92
2003	7,67	6,26	8,93	10,38	9,30	8,17
2004	12,14	14,67	6,27	6,13	7,60	6,56
2005	1,22	- 0,97	4,93	5,05	5,69	4,52
2006	3,34	3,51	2,22	2,71	3,26	1,66

**Fonte:** Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr

A inflação chega no final do governo FHC com o indicador oficial a 12%. E a partir do governo Lula essa inflação volta a trajetória de queda.

Elevados superávits primários são obtidos em função da elevação da carga tributária, destacando – se o crescimento das contribuições (COFINS, CPMF, PIS, etc.) que refletem a deterioração da qualidade do sistema tributário; e elevação do ICMS em função do efeito da desvalorização sobre o preço de combustível, energia e telecomunicações. Persistência do crescimento das despesas (gastos vinculados) e a dívida pública fica estabilizada entre 1999 e 2000; crescendo nos dois anos seguintes devido a efeitos patrimoniais da variação cambial e do

comportamento da SELIC (composição da dívida). Mudanças relevantes: Lei de Responsabilidade Fiscal, reforma previdenciária (1198) e renegociação de dívidas estaduais.

O governo tem uma reversão de deterioração do saldo comercial e do saldo em transações correntes em 1999. Forte retração das importações em 1999 e recuperação lenta das exportações a partir de 2000. A partir de 2001 o governo passa a ter saldo positivo na balança comercial.

Em relação ao PIB com a mudança cambial há uma expectativa de uma melhora da situação externa e a possibilidade de uma maior queda da taxa de juros elevando ao crescimento do investimento consumo e maior crescimento econômico, mas:

- Crescimento médio no II FHC: 2,1 % abaixo do I FHC;
- 1999 – Fraco desempenho do processo de estabilização;
- 2000 – Maior taxa de crescimento 4,36%
- 2001 – Crise energética, crise argentina e ataques terroristas – queda da taxa decrescimento;
- 2002 – Crise cambial (eleitoral) e baixo crescimento;
- Em termos setoriais destaca – se o bom desempenho agrícola e o fraco desempenho da indústria.

### Último ano de FHC, contexto:

- Baixo crescimento econômico;
- Elevação do desemprego;
- Fragilidade do ajuste fiscal com aumento da dívida pública apesar do superávit primário;
- Pressões inflacionárias (vindo da taxa de câmbio);
- Risco eleitoral.
- Dominância fiscal: Elevações da taxa de juros para conter a inflação, deterioravam a situação fiscal, ampliando o risco da dívida pública (e o risco – país), levando a fuga de capitais, desvalorização cambial e novas pressões inflacionárias.

129

Solução: Necessidade de ampliação do superávit primário, para dentro dos parâmetros de crescimento econômico, tamanho e perfil da dívida pública e taxa de juros poder reverter a tendência de aumento da dívida pública.

Risco: Partido com maiores chances de vitória, tradicionalmente criticou o superávit primário, o pagamento da dívida e as taxas de juros, ampliando o risco.

### 3. SOBRE RENDA E POBREZA: OS IMPACTOS DO PLANO REAL

Apesar de situações locais diferenciadas em termos de incidência de pobreza absoluta e de progressos realizados no período, observa-se a consistente redução da proporção de pobres, tendo como contrapartida o agravamento da intensidade de pobreza medida pelo hiato da renda.

No entanto, o indicador sintético, considerando simultaneamente os três aspectos da pobreza, revela que houve melhora inequívoca no período.

Se bem que o controle da inflação e medidas de política econômica que vêm sendo adotadas em função do Plano Real alterem, necessariamente, as condições de operação do sistema produtivo, com implicações sobre o emprego e a renda, seria simplório minimizar a importância de tendências evolutivas já claramente esboçadas desde os anos 80.

Ao considerar como se comportam os índices de pobreza no período mais recente, não se trata de examinar o comportamento do emprego, do salário ou de qualquer outra variável. Ao contrário, busca-se uma evidência de resultado dos diferentes fatores intervenientes sobre o rendimento das famílias e sobre a incidência de pobreza absoluta.

Com o objetivo de examinar essas questões, destacam-se os aspectos vinculados aos requisitos em termos de informações estatísticas, para a adoção de diferentes possibilidades metodológicas.

Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, a forma mais frequente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade - a chamada linha de pobreza. Em estudos nacionais sobre pobreza, o critério da renda manteve a sua primazia, evoluindo paulatinamente no sentido de uma especificação mais cuidadosa das linhas de pobreza com base em preferências.

No Brasil, os estudos que utilizam a abordagem da renda se dividem em duas grandes categorias. Aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do salário mínimo e os em que seu valor pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face às populações de baixa renda. Em ambas as categorias é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar per capita, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

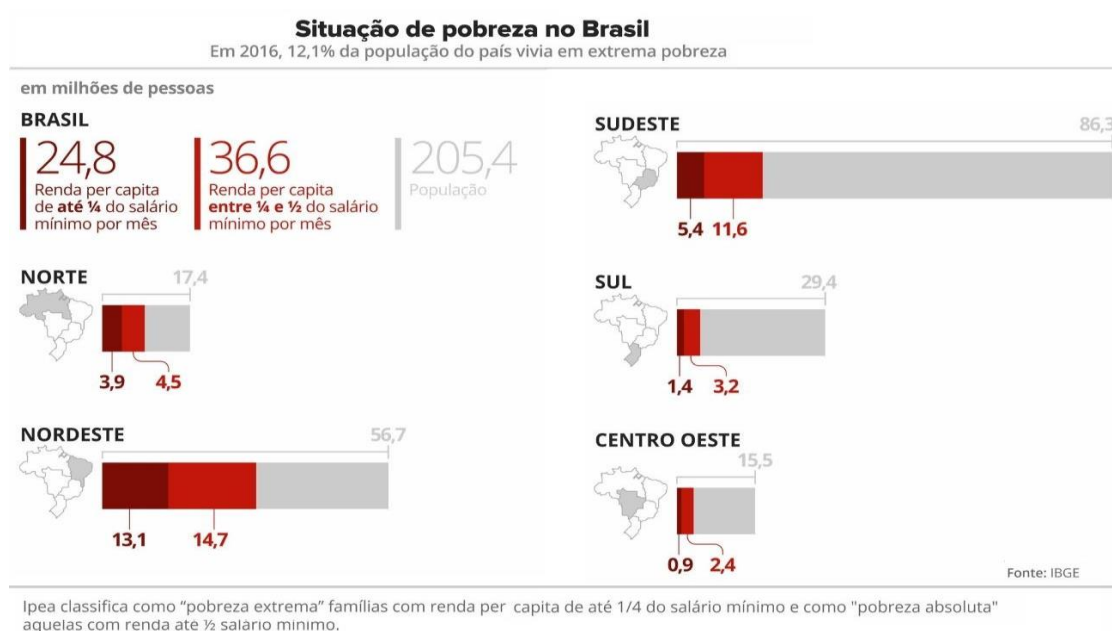
A disponibilidade de dados com abrangência nacional sobre o consumo das famílias permitiu que viessem a ser estimados valores localmente diferenciados para a linha de pobreza. As primeiras iniciativas nesse sentido utilizaram os dados de consumo e de rendimento do Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef1974), do IBGE, tanto para estabelecer o valor da linha de pobreza, como para obter os indicadores de incidência de pobreza.

O procedimento reconhecido na literatura especializada para estabelecer a linha de pobreza com base no consumo observado é simples, podendo ser resumido em quatro etapas:

- a. Definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos;
- b. Estabelecimento da cesta alimentar, compatível com as preferências da população de baixa renda e capaz de garantir o atendimento dos requerimentos nutricionais;
- c. Valoração da cesta alimentar, ou linha de indigência;
- d. Derivação da linha de pobreza.

É evidente, portanto, que resultados obtidos em termos de incidência de pobreza devem ser entendidos em função dos pressupostos teóricos adotados em cada caso na derivação das linhas de pobreza.

Gráfico 4



## SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO

Com a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff (2016), Michel Temer assume a presidência com o intuito de superar a crise econômica, diminuir gastos públicos, equilibrar contas e retomar confiança de certo modo os primeiros dias do seu governo o país teve uma melhora significativa, mas essa realidade não durou muito tempo. Temer adotou um discurso de que todos os problemas que veem acontecendo atualmente se devem as políticas econômicas criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas a cada dia a situação piora e essa lógica passaa não surtir efeito. O importante no momento não é apontar culpados para tal crise e sim apresentar propostas para a melhoria desta.

Para Schreiber, (2016) após seis meses do mandato do novo presidente, o nível de desempenho da economia tem sido irregular. Para o IBGE, a inflação teve uma queda de 10,67%

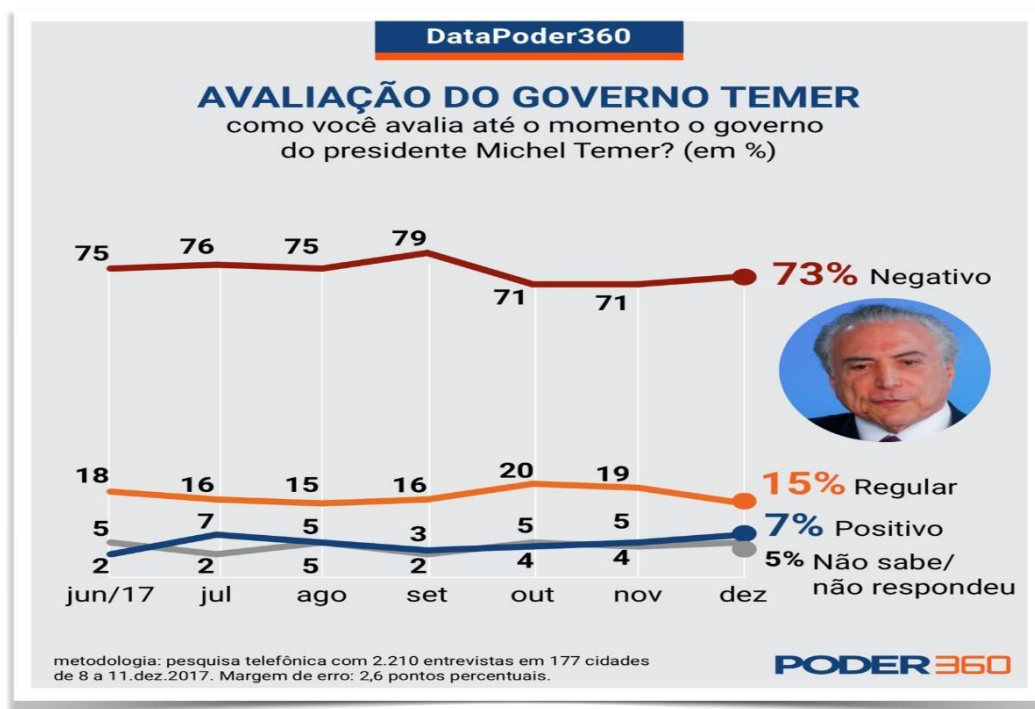
no final de 2015 para 7,9% em outubro, mas nível de desemprego continua alto 11,8% em setembro. Já a atividade econômica começou a cair logo depois da posse de Michel Temer. E toda essa preocupação com futuro econômico do país e suas incertezas fizeram com que os investimentos diminuíssem e com isso acarreta uma redução na oferta de empregos e por consequência afeta o nível de empregabilidade devido ao baixo nível de consumo. O desemprego vem aumentando nos últimos tempos no primeiro trimestre de 2017 a taxa fechou em 13,7%, dados apontados pelo IBGE.

Segundo Sicsú (2017) quando a economia do país entrou em crise, no último trimestre de 2014, até o primeiro trimestre desse ano o consumo das famílias diminuiu em aproximadamente 10% e no mesmo período os investimentos tiveram queda brusca de 24% e pelo oitavo trimestre consecutivo a demanda interna tem resultados desagradáveis. A atual situação econômica do Brasil encontra-se num momento de incerteza, os números deixam claro e não restam dúvidas sobre a gravidade da situação a falta de investimentos em infraestrutura, falta de planejamento, falta de credibilidade por causa de diversos escândalos que vem acontecendo ultimamente tudo isso fez com que o desenvolvimento econômico do país fosse aruina.

Quando Temer assumiu o governo cortou alguns ministérios e fundiu a outros, trouxe várias propostas econômicas como controle dos gastos públicos, pela mediação da já aprovada PEC 55, reforma da previdência, reforma trabalhista, a terceirização do trabalho tudo isso como intuito de tirar o país da recessão e retomar o crescimento e ainda teve mudanças na educação como a reforma do ensino médio e a conclusão e inauguração de parte da obra de transposição do rio São Francisco portanto, um governo de reformas. Reformas essas que vem dando muita polêmica como a reforma da previdência proposta que fica sendo a idade mínima para se aposentar será de 65 anos para os homens e de 62 anos para mulheres, com pelo menos 25 anos de contribuição e a regra é a mesma para homens e mulheres, sejam empregados da iniciativa privada, professores, servidores públicos ou trabalhadores rurais ficam de fora apenas os militares. E outra reforma que causou alvoroço foi a reforma trabalhista que já foi aprovada pelo Senado e que traz novas regras sobre as férias, jornada de trabalho, tempo na empresa, descanso, remuneração, plano de cargos e salários dentre outras mudanças todas as novas regras entram em vigor daqui a quatro meses.

O atual governo enfrenta um baixo nível de popularidade e de confiança chegando ao pior índice segundo o levantamento que ouviu 2.210 pessoas em 177 municípios. A margem de erro é de 2,6 pontos percentuais. E apenas 7% dos brasileiros aprovam o governo e 73% reprovam a atual administração.

Gráfico 5



Fonte: PODER 360

Toda essa baixa popularidade deve-se ao fato de que a economia não cresceu depois da entrada de Temer no poder e segundo Sicsú (2017) “o resultado seria a volta dos investimentos e o crescimento econômico. Nada aconteceu, ao contrário. Os investimentos caíram de forma aguda durante 2016. Despencaram 10,2%.”

Diversos são os motivos para a insatisfação dos brasileiros dentre eles o alto índice de desemprego, as indesejadas reformas propostas pelo governo como a da Previdência e Trabalhista além de grandes nomes citados em esquemas de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato e para agravar ainda mais o desgosto do eleitorado o governo anuncia um aumento no tributo sobre o combustível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo pôde-se responder a problemática levantada, tal como atingir os objetivos determinados para esta pesquisa científica. A partir do II governo Lula, passa – se a ter uma política mais forte no sentido de criação de alguns programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, o Pac. O país consegue estabilizar, mas, nos três últimos governos há baixas taxas de crescimento, apesar da estabilização e da melhora na economia mundial; várias reformas foram



realizadas sem que isso levasse a retomada sustentável do crescimento; onde objetivo básico do país é retomar o crescimento.

O período que vem desde 1980 é marcado por uma forte trajetória de medidas do governo para controlar a economia brasileira que não se encontra consolidada, várias mudanças na moeda para contornar as crises fiscais e monetárias causadas por crises nacionais e os efeitos que as crises internacionais causam ao Brasil. O Real, moeda oficial desde 1994, estabilizou a economia que se encontrava em crise. Apesar disso as políticas governamentais com medidas de aumento de infraestruturas, programas sociais e de incentivos aqueceram a economia, a ponto de causar descontrole nos cofres públicos, causando uma recessão econômica afetando novamente a economia brasileira, os escândalos de corrupção, o impeachment todos foram contribuintes para agravar a situação que se encontra cada vez pior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, P. **Economia e emprego, inflação.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao> > acesso em 8 de jan. 2018.

LEAL, E. P. B. **Economia brasileira no governo de Fernando Henrique Cardoso.** Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/economiabrasileira-no-governo-de-fernando-henrique-cardoso/69557/> > acesso em 8 jan. 2018.

MORAES, M. F. **Plano Real, 20 anos: Moeda trouxe novo ciclo de desenvolvimento econômico.** Disponível em: < <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/plano-real-20anos-moeda-trouxe-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico.htm> > acesso em 8 de jan. 2018.

PAULA, D. **O sucesso do Plano Real na economia brasileira.** Disponível em: < [http://portal.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224\\_084806.pdf](http://portal.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224_084806.pdf) > acesso em 11 de jan. 2018.

SICSÚ, J. **A recessão continua para as famílias e para o investimento.** Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-recessaocontinua-para-as-familias-e-para-o-investimento> > acesso em 10 de jan. 2018.

VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R.; GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea.** 7<sup>o</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2007.